

SUMÁRIO

TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	43		
1. Introdução.....	43		
2. Sistemas processuais penais.....	44		
2.1. Sistema inquisitório	44		
2.2. Sistema acusatório.....	45		
2.2.1. O sistema acusatório e os modelos ad-			
versarial e inquisitorial de produção de provas ..	46		
2.3. Sistema processual misto ou francês	48		
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	49		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não cul-			
pabilidade)	50		
3.1.1. Noções introdutórias.....	50		
3.1.2. Da regra probatória (<i>in dubio pro reo</i>)	51		
3.1.3. Da regra de tratamento.....	51		
3.1.3.1. (In) constitucionalidade da consul-			
ta pública à qualificação das pessoas con-			
denadas em primeira instância por certos			
crimes contra a dignidade sexual através			
do Cadastro Nacional de Pedófilos e Pre-			
dadores Sexuais.....	53		
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução			
provisória da pena.....	55		
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em jul-			
gado (STF – HC 126.292/ARE 964.246).....	55		
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado			
(STF – ADC's 43, 44 e 54)	57		
3.1.4.3. (Des) necessidade do trânsito em			
julgado para fins de execução da pena res-			
tritiva de direitos.....	59		
3.1.4.4. (Des) necessidade do trânsito em			
julgado de sentença penal condenatória			
para fins de reconhecimento, no âmbito			
administrativo carcerário, de falta grave			
decorrente do cometimento de fato defi-			
nido como crime doloso	60		
3.1.4.5. Trânsito em julgado da sentença			
condenatória para ambas as partes como			
termo inicial da prescrição da pretensão			
executória.....	61		
3.2. Princípio do contraditório	62		
3.2.1. Contraditório para a prova e contradi-			
tório sobre a prova	64		
3.3. Princípio da ampla defesa	64		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica)	65		
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irre-			
nunciável	65		
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor	66		
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva	67		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica)	67		
3.3.2.1. Direito de audiência	68		
3.3.2.2. Direito de presença.....	68		
3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma			
do acusado	70		
3.3.3. Ampla defesa no processo administra-			
tivo disciplinar e na execução penal.....	70		
3.4. Princípio da publicidade	72		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita ..	72		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar			
e votação em sala secreta	74		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando			
o dogma da verdade real	75		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito			
dos Juizados	76		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas			
obtidas por meios ilícitos.....	76		
3.7. Princípio do juiz natural	76		
3.8. Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i>	76		
3.8.1. Noções introdutórias.....	76		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova			
contra si mesmo	76		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não			
produzir prova contra si mesmo.....	77		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não pro-			
duzir prova contra si mesmo.....	79		
3.8.5. Exercício total ou parcial (horizontal			
ou vertical) do direito de não produzir prova			
contra si mesmo	84		
3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do			
interrogatório quando o imputado optar pelo			
exercício do direito ao silêncio.....	85		
3.8.7. Consequências decorrentes do exercí-			
cio do direito de não produzir prova contra			
si mesmo.....	86		
3.8.8. O direito de não produzir provas contra			
si mesmo e a prática de outros delitos	87		
3.9. Princípio da proporcionalidade	89		
3.9.1. Da adequação	90		
3.9.2. Da necessidade.....	91		
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito	91		

4. Lei processual penal no espaço	92	(modelo de investigação oficial ou inquisitorial)	112
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	92	3. Juiz das Garantias	115
4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades	93	3.1. Conceito e natureza jurídica.....	115
4.3. Processos da competência da Justiça Militar	94	3.2. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado	117
4.4. Processos da competência do tribunal especial	94	3.2.1. Heurísticas e vieses cognitivos	119
4.5. Crimes de imprensa	95	3.2.2. Teoria da dissonância cognitiva	120
4.6. Crimes eleitorais.....	95	3.3. (In) constitucionalidade do juiz das garantias.....	123
4.7. Outras exceções	95	3.3.1. (In) constitucionalidade formal em face de vício de iniciativa relativo à competência legislativa do Poder Judiciário para alterar a organização e a divisão judiciária.....	123
5. Lei processual penal no tempo.....	95	3.3.2. (In) constitucionalidade material em razão de violação à regra de autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário	125
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo.....	97	3.3.3. Início da eficácia do juiz das garantias	126
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição.....	97	3.3.4. Princípio do juiz natural e (im) possibilidade de aplicação imediata da nova sistemática do juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento	127
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento.....	97	3.4. Distinção entre o juiz das garantias, juízo de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP)	129
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal	98	3.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado	130
5.5. Normas processuais heterotópicas.....	99	3.6. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor	131
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal.....	99	4. Competências criminais do Juiz das Garantias ...	132
6. Interpretação da lei processual penal.....	100	4.1. Recebimento da comunicação imediata da prisão.....	133
6.1. Interpretação extensiva.....	100	4.2. Recebimento do auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão.....	133
6.2. Analogia.....	101	4.3. Observância dos direitos do preso, inclusive com determinação para que este seja conduzido à presença do juiz das garantias a qualquer tempo.....	133
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica	102	4.4. Dever de ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal	134
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal	102	4.5. Decisão sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar.....	134
TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS	105	4.6. Prorrogação, substituição ou revogação das medidas cautelares, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral.....	135
1. Noções introdutórias	105	4.7. Decisão sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral.....	136
2. Estrutura acusatória do processo penal	107		
2.1. Da interpretação conforme do art. 3º-A do CPP	107		
2.2. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias e (in) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento à luz do sistema acusatório.....	107		
2.2.1. Vedação da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória.....	107		
2.2.2. (In) constitucionalidade da iniciativa probatória do juiz da instrução e julgamento no curso do processo penal à luz do sistema acusatório	109		
2.2.2.1. Vedação à iniciativa probatória residual do magistrado (modelo de disputa ou adversarial)	110		
2.2.2.2. Iniciativa probatória residual do magistrado no curso do processo penal			

4.8. Prorrogação do prazo de duração do inquérito de investigado preso	136	5.5. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Militar	152
4.9. Determinação do trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento	136	5.6. (In) existência de juiz das garantias na Justiça Eleitoral.....	153
4.10. Requisição de documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação	138	5.7. (In) existência de juiz das garantias colegiado	154
4.11. Decisões diversas sobre requerimentos de meios de obtenção de provas	138	5.8. (In) existência do Ministério Público das garantias	155
4.12. Julgamento do <i>habeas corpus</i> impetrado antes do oferecimento da denúncia	140	6. Cessação da competência do juiz das garantias com o oferecimento da peça acusatória.....	156
4.13. Determinação da instauração do incidente de insanidade mental	141	7. oferecimento da peça acusatória e apreciação das questões pendentes pelo juiz da instrução e julgamento.....	158
4.14. Decidir sobre o recebimento da peça acusatória	141	8. Desvinculação do juiz da instrução e julgamento em relação às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des) necessidade de reexame das cautelares em curso.....	159
4.15. Assegurar o direito outorgado à defesa de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação, ressalvadas as diligências em andamento	141	9. apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento.....	160
4.16. Deferimento de pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	142	9.1. (Des) necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	160
4.17. Homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação.....	143	10. (IN) constitucionalidade do Impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	164
4.18. Norma de encerramento: demais matérias inerentes às atribuições definidas no <i>caput</i> deste artigo	143	11. (In) subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	167
4.19. (In) constitucionalidade da vedação à realização da audiência de custódia por videoconferência.....	143	12. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias	169
4.20. (Im) possibilidade de prorrogação da prisão do investigado preso e consequências decorrentes da não conclusão das investigações dentro desse prazo.....	143	13. Investidura do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal.....	170
4.20.1. Prorrogação do prazo de duração da prisão do investigado preso.....	143	14. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão (<i>“Perp walk”</i>) como instrumento para a concretização Do respeito à dignidade do preso.....	171
4.20.2. Consequências decorrentes da não conclusão do inquérito policial de investigado preso dentro do prazo legal	145	14.1. (In) constitucionalidade do art. 3º-F, <i>caput</i> e parágrafo único, do CPP, introduzidos pela Lei n. 13.964/19	172
5. Abrangência da competência do juiz das garantias	146	TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR....	175
5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo.....	146	1. Conceito de inquérito policial.....	175
5.2. (In) existência de juiz das garantias nos Tribunais	147	2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	175
5.3. (In) existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri.....	149	3. Finalidade do inquérito policial.....	176
5.4. (In) existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar	150	4. Valor probatório do inquérito policial.....	176
		5. Atribuição para a presidência do inquérito policial	176

5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa	176	9.4. Oitiva do ofendido	214
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal	179	9.5. Oitiva do indiciado	214
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal.....	181	9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória	215
5.4. Das atribuições das Guardas Municipais.....	182	9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e ações	217
5.5. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	188	9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	217
5.6. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado	190	9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais	217
6. Características do inquérito policial.....	192	9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado	218
6.1. Procedimento escrito	192	9.10. Reconstituição do fato delituoso.....	218
6.2. Procedimento dispensável.....	192	9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos.....	218
6.3. Procedimento sigiloso	193	9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	221
6.3.1. (Im) possibilidade de acesso aos elementos de informação já documentados nos autos do inquérito policial pelas vítimas (ou por seus familiares).....	195	10. Identificação criminal	224
6.4. Procedimento inquisitório	196	10.1. Conceito	224
6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF, art. 144) diante da instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional	199	10.2. Leis relativas à identificação criminal	225
6.5. Procedimento discricionário	203	10.3. Documentos atestadores da identificação civil	226
6.6. Procedimento oficial.....	203	10.4. Hipóteses autorizadoras da identificação criminal.....	227
6.7. Procedimento oficioso.....	204	10.5. Identificação do perfil genético.....	228
6.8. Procedimento indisponível.....	204	10.5.1. (In) constitucionalidade da identificação do perfil genético	232
6.9. Procedimento temporário	204	11. Incomunicabilidade do indiciado preso	234
7. instauração do inquérito policial	205	11.1. Regime disciplinar diferenciado	234
7.1. Verificação de procedência de informações (VPI)	206	12. Indiciamento.....	235
7.2. Formas de instauração do inquérito policial.	206	12.1. Conceito	235
7.2.1. Crimes de ação penal pública incondicionada.....	207	12.2. Momento	235
7.2.1.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq. 4.781 do STF)	208	12.3. Espécies.....	235
7.2.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	210	12.4. Pressupostos.....	235
8. <i>Notitia criminis</i>	211	12.5. Desindiciamento	236
8.1. <i>Delatio criminis</i>	211	12.6. Atribuição.....	236
8.2. <i>Notitia criminis</i> inqualificada	211	12.7. Sujeito passivo.....	236
9. Diligências investigatórias.....	212	12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais.....	237
9.1. Preservação do local do crime	212	13. Conclusão do inquérito policial.....	237
9.2. Apreensão de objetos.....	213	13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial.....	237
9.3. Colheita de outras provas.....	213	13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial	240
		13.2. Relatório da autoridade policial.....	240
		13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial.....	240

13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial.....	242	16.6. Termo circunstanciado.....	276
14. Arquivamento do inquérito policial.....	244	16.7. Investigação pela autoridade judiciária.....	276
14.1. Fundamentos do arquivamento	244	16.7.1. Inquérito judicial	276
14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal.....	245	16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas.....	277
14.2.1. Lei n. 13.964/19 e o fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial	245	16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados	277
14.2.2. Da suspensão da eficácia do novo procedimento de arquivamento introduzido pela Lei n. 13.964/19 em virtude de medida cautelar concedida pelo Min. Fux nos autos da ADI n. 6.305 (j. 22.01.2020)	248	16.8. Investigação criminal defensiva	278
14.2.3. Do julgamento definitivo da ADI n. 6.305 e da “nova” sistemática reintroduzida no art. 28 do CPP pelo Supremo Tribunal Federal.	249	16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17).....	279
14.3. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos.....	255	17. Acordo de não persecução penal.....	280
14.4. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral	257	17.1. Conceito	280
14.5. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	258	17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público.....	282
14.6. Coisa julgada na decisão de arquivamento .	258	17.3. Previsão normativa	285
14.7. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas	261	17.4. Direito intertemporal.....	286
14.8. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento.....	262	17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não persecução penal.....	289
14.9. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente	263	17.5.1. Cabimento do acordo de não persecução penal em crimes de ação penal privada e legitimidade para a sua propositura.	291
14.10. Arquivamento implícito	264	17.6. Vedações à celebração do acordo de não persecução penal.....	292
14.11. Arquivamento indireto.....	265	17.7. Condições a serem impostas ao investigado	296
15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do procedimento investigatório	265	17.8. Controle jurisdicional.....	300
15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais	266	17.8.1. (In) constitucionalidade do controle jurisdicional exercido sobre o acordo de não persecução penal (STF, Pleno, ADI 6.305, Rel. Min. Luiz Fux, j. 24.08.2023)	301
16. Investigações diversas.....	268	17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado	303
16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares	268	17.10. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal.....	304
16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF)	270	18. Controle externo da atividade policial.....	304
16.3. Inquérito Policial Militar.....	271		
16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público	272	TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL EX DELICTO	307
16.5. Inquérito civil	276	1. Direito de ação penal.....	307
		2. Características do direito de ação penal	308
		3. Lide no processo penal.....	308
		4. Condições da ação penal.....	308
		4.1. Condições genéricas da ação penal	310
		4.1.1. À luz da teoria geral do processo	310
		4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	311
		4.1.1.2. Legitimidade para agir	313
		4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	314
		4.1.1.3. Interesse de agir	315

4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	316
4.1.1.4. Justa Causa.....	318
4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada	320
4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal	320
4.2. Condições específicas da ação penal.....	320
4.3. Condições da ação e condições de prosseguibilidade (condição superveniente da ação)	322
4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias	322
4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	323
5. Classificação das ações penais.....	327
5.1. Classificação das ações penais condenatórias	327
6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	329
6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i>	329
6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla)	330
6.3. Princípio da intrascendência.....	332
6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública	332
6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada.....	335
6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública	335
6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	336
6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública	336
6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada	337
6.10. Princípio da oficialidade	338
6.11. Princípio da autoritariedade.....	338
6.12. Princípio da oficiosidade	338
6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal	338
7. Ação penal pública incondicionada	340
8. Ação penal pública condicionada.....	341
8.1. Representação	342
8.1.1. Natureza jurídica da representação.....	342
8.1.2. Desnecessidade de formalismo.....	343
8.1.3. Destinatário da representação	343
8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação	344
8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação.....	346
8.1.6. Retratação da representação	347
8.1.6.1. Retratação da retratação da representação.....	347
8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha	348
8.1.7. Eficácia objetiva da representação	349
8.1.8. Representação no processo penal militar.	349
8.2. Requisição do Ministro da Justiça	350
8.2.1. Requisição no processo penal militar	351
9. Ação penal de iniciativa privada.....	351
9.1. Ação penal exclusivamente privada.....	352
9.2. Ação penal privada personalíssima	352
9.3. Ação penal privada subsidiária da pública	353
9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada	355
9.4.1. Decadência	355
9.4.2. Renúncia ao direito de queixa	357
9.4.3. Perdão do ofendido	358
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido.....	360
9.4.5. Perempção	360
9.5. Ação penal privada no processo penal militar.....	361
10. Ação penal popular.....	362
11. Ação penal adesiva.....	362
12. Ação de prevenção penal	363
13. Ação penal secundária	363
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	363
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra.....	363
14.1.1. Ação penal no crime de racismo de injúria racial (Lei n. 7.716/89, art. 2º-A, incluído pela Lei n. 14.532/23) e no crime de injúria consubstanciada na utilização de elementos referentes à religião, condição de pessoa idosa ou com deficiência (CP, art. 140, §3º, com redação alterada pela Lei n. 14.532/23)	364
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	370
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher	371
14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação	372
14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19.....	373

14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 13.718/18)	375	18.1. Noções introdutórias	403
14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09).....	376	18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal.....	404
14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	378	18.3. Efeitos civis da absolvição penal	405
14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18	379	18.3.1. Efeitos da absolvição penal no âmbito da ação de improbidade administrativa.....	409
14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	380	18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória.....	411
14.6.5. Direito intertemporal.....	380	18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido	413
14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático.....	382	18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória e (des) necessidade de instrução probatória específica acerca do dano moral	416
14.8. Ação penal nos crimes de ameaça	383	TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....	421
15. Peça acusatória	384	CAPÍTULO I – – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	421
15.1. Denúncia e queixa-crime	384	1. Jurisdição e competência	421
15.2. Requisitos da peça acusatória.....	385	2. Princípio do juiz natural	422
15.2.1. Imputação criminal.....	385	2.1. Lei processual que altera regras de competência	423
15.2.1.1. Imputação patrimonial	387	2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores.....	424
15.2.2. Qualificação do acusado.....	389	3. Espécies de competência.....	426
15.2.3. Classificação do crime	390	4. Competência absoluta e relativa	427
15.2.4. Rol de testemunhas	390	4.1. Quanto à natureza do interesse.....	427
15.2.5. Endereçamento da peça acusatória.....	391	4.2. Quanto à arguição da incompetência.....	428
15.2.6. Redação em vernáculo.....	391	4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i>	431
15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência.....	391	4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa	432
15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante ..	392	4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa.....	434
15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas.....	392	4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa	435
15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	393	5. Fixação da competência criminal	435
16. Questões diversas.....	395	6. Competência internacional.....	436
16.1. Denúncia genérica e crimes societários.....	395	7. Tribunal Penal Internacional.....	437
16.1.1. Acusação geral e acusação genérica.....	396	8. Transferência de execução de pena	440
16.2. Cumulação de imputações.....	396	CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	442
16.3. Imputação implícita	397	1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	442
16.4. Imputação alternativa	397	1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados	442
17. Aditamento à denúncia	399	1.1.1. Quanto à competência criminal	442
17.1. Espécies de aditamento	400		
17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio	400		
17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado	401		
17.2. Interrupção da prescrição	402		
17.3. Procedimento do aditamento	402		
17.4. Aditamento à queixa-crime	402		
18. Ação civil <i>ex delicto</i>	403		

1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	443	4.1. Considerações iniciais	494
1.1.3. Quanto ao acusado.....	444	4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal	496
1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância.....	446	4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	496
1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância.....	447	4.3.1. Crimes políticos	496
1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual.....	449	4.3.2. Crimes contra a União.....	498
1.2. Crime militar	449	4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	499
1.2.1. Crime propriamente militar e crime imprópriamente militar	449	4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais	499
1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta	452	4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais	501
1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	453	4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	501
1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural.....	455	4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	502
1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal	456	4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”.....	503
1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	458	4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	504
1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289)	459	4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).....	508
1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032).....	463	4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal	509
1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	465	4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	510
1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar	465	4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	512
1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar	468	4.3.14. Tribunal do Júri Federal	513
1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar	468	4.3.15. Crimes contra o meio ambiente	514
1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	478	4.3.16. Crimes contra a fé pública	518
1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis	484	4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal.....	522
1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra	490	4.3.18. Contravenções penais	525
2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral	490	4.3.19. Atos infracionais.....	525
3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho...	493	4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16).....	526
4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	494	4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro	526
		4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	527

4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	529	2.3. Duplo grau de jurisdição.....	562
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal ...	533	2.4. (Des) necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	562
4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º)	537	2.4.1. Regra da contemporaneidade	562
4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI)	539	2.4.2. Regra da atualidade	564
4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho	539	2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista.....	565
4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	542	2.4.4. Retorno da regra da contemporaneidade.	569
4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais	546	2.5. Crime cometido após o exercício funcional..	570
4.7. Habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	547	2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade	570
4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	548	2.7. Local da infração	572
4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX)	549	2.8. Crime doloso contra a vida.....	572
4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X)	551	2.9. Hipóteses de concurso de agentes.....	573
4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI).....	551	2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria	575
4.11.1. Genocídio contra indígenas	553	2.11. Exceção da verdade.....	577
4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	554	2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores.....	578
5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	555	2.13. Procedimento originário dos Tribunais.....	579
6. Justiça Política ou Extraordinária	556	3. Casuística	580
CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO		3.1. Quanto à competência dos Tribunais.....	580
1. Conceito	559	3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	580
2. Regras básicas	559	3.1.2. Superior Tribunal de Justiça.....	581
2.1. (Des) necessidade de autorização judicial prévia do Ministro (ou Desembargador) Relator para fins de deflagração de investigações contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função	559	3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	582
2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República	562	3.1.4. Superior Tribunal Militar	583
		3.1.5. Tribunais Regionais Federais	583
		3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais.....	583
		3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	583
		3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo	584
		3.1.9. Senado Federal.....	584
		3.1.10. Tribunal Especial	585
		3.1.11. Câmara Municipal.....	585
		3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função	585
		3.2.1. Presidente da República.....	585
		3.2.2. Deputados federais e Senadores	586
		3.2.3. Ministros de Estado.....	587
		3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.....	587
		3.2.5. Governador de Estado	588

3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.....	590
3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais.....	590
3.2.8. Membros do Ministério Público da União.....	591
3.2.9. Deputados Estaduais.....	592
3.2.10. Prefeitos municipais.....	593
3.2.11. Vereadores.....	594
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	595

CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA

TERRITORIAL.....	596
1. Introdução.....	596
2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração.....	597
3. Casuística.....	598
3.1. Quanto às espécies de infração penal.....	598
3.2. Quanto aos crimes em espécie.....	602
3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021).....	605
4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	609
5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral.....	610

CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....

1. Determinação do juízo competente.....	611
2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	612
3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.....	615
3.1. Conceito legal de organizações criminosas.....	615
3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau.....	617
3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	621
4. Competência do Juízo da Execução Penal.....	622
4.1. Execução da pena de multa.....	624
5. Competência por distribuição.....	626
6. Competência por prevenção.....	627

CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....

1. Conexão e continência.....	630
1.1. Introdução.....	630
1.2. Conexão.....	632
1.3. Continência.....	633
1.4. Efeitos da conexão e da continência.....	633
1.5. Foro prevalente.....	635
1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	635
1.5.2. Jurisdições distintas.....	636
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	636
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior.....	636
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual.....	636
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	636
1.6. Separação de processos.....	637
1.6.1. Separação obrigatória dos processos.....	637
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar.....	637
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	638
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	638
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não comparecimento e não constituição de defensor.....	638
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável.....	638
1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri.....	639
1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador.....	639
1.6.2. Separação facultativa de processos.....	639
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	640
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória.....	641
1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação.....	641
1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	641
2. Prorrogação de competência.....	643
3. Perpetuação de competência.....	644

TÍTULO 6 • PROVAS.....

CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....

1. Terminologia da prova	645	5. Da prova ilegal.....	675
1.1. Acepções da palavra <i>prova</i>	645	5.1. Limitações ao direito à prova	675
1.2. Distinção entre prova e elementos informa- tivos	646	5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas.....	676
1.3. Provas cautelares, não repetíveis e anteci- padas.....	647	5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas	678
1.4. Destinatários da prova.....	649	5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada ou ilicitude por reverbe- ração).....	679
1.5. Elemento de prova e resultado da prova.....	649	5.3. Limitações à prova ilícita por derivação	681
1.6. Finalidade da prova.....	650	5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	681
1.7. Sujeitos da prova.....	650	5.3.2. Teoria da descoberta inevitável	683
1.8. Forma da prova.....	650	5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída).....	685
1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	650	5.3.4. Exceção da boa-fé	686
1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação)	651	5.3.5. A teoria do risco	687
1.10. Prova direta e prova indireta	652	5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado	688
1.11. Indício: prova indireta ou prova semiplena	652	5.3.7. A <i>plain view doctrine</i> (doutrina da visão aberta) e os campos abertos	688
1.12. Suspeita.....	654	5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de pro- vas (serendipidade) e crime achado	689
1.13. Objeto da prova	654	5.3.8. Limitação da renúncia do interessado	691
1.14. Prova direta (positiva) e contrária (nega- tiva); a contraprova.....	656	5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia	691
1.15. Prova emprestada	656	5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão po- licial	692
1.16. Prova nominada e prova inominada	659	5.4. Inutilização da prova ilícita.....	693
1.17. Prova típica e prova atípica.....	659	5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri	694
1.18. Prova anômala e prova irritual.....	659	5.5. Descontaminação do julgado (desentranha- mento do juiz ou teoria dos frutos da mente envenenada)	694
1.19. Critérios de decisão (<i>standards</i> probató- rios).....	660	6. Princípios relativos à prova penal.....	696
1.20. Valoração racional da prova e cronologia da atividade probatória	661	6.1. Princípio da proporcionalidade	696
2. Ônus da prova	662	6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova <i>ilícita pro reo</i>	696
2.1. Conceito.....	662	6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova <i>ilícita pro societate</i>	697
2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito	663	6.2. Princípio da comunhão da prova ou da aquisição processual.....	699
2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo	663	6.3. Princípio da autorresponsabilidade das par- tes	699
2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal	664	6.4. Princípio da oralidade	699
2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa....	664	6.4.1. Princípio da identidade física do juiz	700
2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação.....	666	6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz.....	701
2.4.2.1. Teoria da perda de uma chance probatória.....	667	6.5. Princípio da liberdade probatória.....	702
2.5. Inversão do ônus da prova	668	6.5.1. Liberdade probatória quanto ao mo- mento da prova.....	702
2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova.....	669		
3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado	671		
4. Sistemas de avaliação da prova	671		
4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.	671		
4.2. Sistema da prova tarifada	672		
4.3. Sistema do convencimento motivado (per- suasão racional do juiz)	674		

6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova	703	1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	729
6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova.....	703	1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime.....	729
6.6. Princípio do <i>favor rei</i>	704	1.2.17. Exame pericial por meio de carta precatória.....	729
CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....	704	2. Interrogatório judicial	729
1. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.....	704	2.1. Conceito.....	729
1.1. Cadeia de custódia.....	704	2.2. Natureza jurídica	730
1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia	710	2.3. Momento procedimental adequado para a realização do interrogatório	730
1.1.2. Coleta dos vestígios	712	2.4. Condução coercitiva	734
1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios	713	2.5. Foro competente para a realização do interrogatório.....	734
1.1.4. Centrais de custódia.....	714	2.6. Ausência do interrogatório	734
1.1.5. Destinação do material após a realização da perícia.....	714	2.6.1. Não realização de interrogatório por videoconferência de acusado foragido.....	735
1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral.....	715	2.7. Características do interrogatório	735
1.2.1. Do corpo de delito.....	715	2.7.1. Ato personalíssimo	735
1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	715	2.7.2. Ato contraditório	735
1.2.3. Laudo pericial.....	716	2.7.3. Ato assistido tecnicamente	736
1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	717	2.7.4. Ato oral.....	737
1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais	717	2.7.5. Ato individual.....	737
1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório	718	2.7.6. Ato bifásico	737
1.2.3.4. (Im) prescindibilidade da assinatura do laudo toxicológico definitivo pelo perito criminal para fins de comprovação da materialidade do delito de tráfico de drogas	718	2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio	738
1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes....	718	2.7.8. Liberdade de autodeterminação	739
1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indireto	719	2.7.9. Ato público	740
1.2.5.1. Casuística	720	2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado	740
1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito	723	2.8. Local da realização do interrogatório.....	740
1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais.....	724	2.9. Nomeação de curador	741
1.2.7.1. Número de peritos.....	726	2.10. Interrogatório por videoconferência	742
1.2.8. Assistente técnico.....	727	2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05	742
1.2.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico	727	2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09	742
1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais.....	728	2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência	744
1.2.11. Exame pericial de local de crime.....	728	2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência	744
1.2.12. Perícias de laboratório.....	728	2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento.....	744
1.2.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	728	2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor	745
1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio.....	729	2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência.....	745
		3. Confissão.....	746
		3.1. Conceito.....	746
		3.2. Classificação da confissão	746
		3.3. Características da confissão.....	748

3.4. Valor probatório da confissão	748	6.4. Reconhecimento fotográfico e fonográfico (clichê fônico)	782
3.5. Circunstância atenuante da confissão	749	7. Acareação	783
4. Declarações do ofendido	750	7.1. Conceito e natureza jurídica	783
4.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer)	751	7.2. Procedimento probatório	783
5. Prova testemunhal	751	7.3. Valor probatório	784
5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica	751	8. Prova documental	784
5.2. Características da prova testemunhal	751	8.1. Conceito e espécies	784
5.3. Deveres das testemunhas	752	8.2. Produção da prova documental	785
5.3.1. Dever de depor	752	8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira	786
5.3.2. Dever de comparecimento	755	8.4. Restituição de documentos	786
5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade	757	9. Índícios	787
5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência	758	10. Busca e apreensão	787
5.4. Espécies de testemunhas	758	10.1. Conceito e natureza jurídica	787
5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial)	759	10.2. Iniciativa e decretação	787
5.4.2. Depoimento policial	761	10.3. Objeto	789
5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas	762	10.4. Espécies de busca: domiciliar, pessoal e exploratória	790
5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas	762	10.4.1. Busca domiciliar	790
5.5.2. Intimação das testemunhas	763	10.4.1.1. Conceito de dia	790
5.5.3. Substituição de testemunhas	763	10.4.1.2. Conceito de casa	793
5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas	764	10.4.1.3. Flagrante delito e violação do domicílio independentemente de prévia autorização judicial	796
5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas	764	10.4.1.4. Consentimento do morador	803
5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência	765	10.4.1.5. Mandado de busca e apreensão	808
5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade	765	10.4.1.5.1. Mandado de busca e apreensão genérico (ou coletivo) e mandado de busca e apreensão itinerante (ou adesividade do mandado de busca)	809
5.5.8. Qualificação da testemunha	765	10.4.1.6. Execução da busca domiciliar	810
5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha	766	10.4.1.7. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas	812
5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto (<i>direct-examination</i>) e exame cruzado (<i>cross-examination</i>)	766	10.4.2. Busca pessoal	812
5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas	769	10.4.2.1. Fundada suspeita para fins de busca pessoal	814
5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora	770	10.4.2.1.1. Fuga de suspeito ao avistar uma guarnição policial e (im) possibilidade de realização de busca pessoal (ou veicular)	817
5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto	771	10.4.2.2. Revista íntima em presídios	819
5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto	773	11. Interceptação telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	821
6. Reconhecimento de pessoas e coisas	774	11.1. Interceptação telefônica	821
6.1. Conceito e natureza jurídica	774	11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	821
6.2. Procedimento e consequências decorrentes da atipicidade procedimental	775	11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96	823
6.3. Valor probatório	781	11.1.3. Conceito de interceptação	824

11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais)	827	11.1.13. Segredo de justiça	855
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza.....	827	11.1.14. Duração da interceptação	855
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kyllo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.....	831	11.1.15. Execução da interceptação telefônica.....	857
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead	831	11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova.....	860
11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz	831	11.1.17. Resolução nº 59/08 do CNJ e Resolução 36/09 do CNMP	861
11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kyllo	831	11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	861
11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos.....	832	11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	862
11.1.5.2. WhatsApp web e prints de mensagens de WhatsApp.....	837	11.2.1. Noções introdutórias.....	862
11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos.....	839	11.2.2. Captação ambiental.....	862
11.1.7. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal...	841	11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial	864
11.1.8. Requisitos para a interceptação telefônica....	842	11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental.....	868
11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente).....	843	11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas	869
11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão.....	845	11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado	869
11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação	846	11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental.....	870
11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	847	11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação	871
11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo)	848	11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas.....	876
11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação	849	12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	876
11.1.9. Sigilo profissional do advogado	850	13. Colaboração premiada	883
11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade)	850	13.1. Origem e conceito	883
11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente	852	13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada....	883
11.1.11. Procedimento	853	13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu)	884
11.1.12. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz	854	13.4. Ética, moral e dever de sigilo.....	885
		13.4.1. (Im) possibilidade de o advogado efetuar colaboração premiada contra quem seja ou tenha sido seu cliente.....	885
		13.5. Direito ao silêncio	887
		13.6. Previsão normativa	888
		13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	891
		13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	892
		13.6.3. (Im) possibilidade de utilização da colaboração premiada no âmbito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa...	895

13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	895	15.5. Agente infiltrado, agente provocador (<i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	937
13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	896	15.6. Sustação da operação.....	939
13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada .	897	15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	939
13.9. Prêmios legais	898	15.8. Infiltração virtual	940
13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegis.....	904	16. Agente policial disfarçado.....	942
13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição.....	906	TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL	945
13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração	907	CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	945
13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa	908	1. A tutela cautelar no processo penal.....	945
13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	911	1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	946
13.13. Acordo de colaboração premiada	912	2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	948
13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada (<i>proffer session</i> ou <i>queen for a day</i>)	913	2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade).....	948
13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada.....	915	2.2. Da jurisdição (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena).....	948
13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	917	2.2.1. Da vedação da prisão cautelar <i>ex lege</i>	951
13.13.4. Retratação do acordo	919	2.3. Da proporcionalidade.....	951
13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada...	919	3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus commissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	954
13.13.6. Intervenção do juiz.....	921	4. Características das medidas cautelares	958
13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada	926	5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal.....	959
13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	927	5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	959
14. Ação controlada	927	5.2. Vedação à decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício na fase investigatória e na fase processual	959
14.1. Conceito e previsão legal.....	927	5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar.....	962
14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial.....	929	5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares	964
14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido	931	5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares	965
14.4. Entrega vigiada	932	5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares.....	968
15. Infiltração de agentes.....	932	5.7. Recursos cabíveis.....	970
15.1. Conceito e previsão normativa	932	5.7.1. Em favor da acusação.....	970
15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	934	5.7.2. Em favor do acusado	971
15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares.....	934	5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal.....	971
15.3. Requisitos para a infiltração	935		
15.4. Duração da infiltração.....	937		

5.9. Detração	972	9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil	1002
CAPÍTULO II – PRISÃO	974	10. Prisão Especial e separação de presos provisórios	1003
1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional	974	10.1. Prisão de indígenas	1006
2. Espécies de prisão	974	11. Sala de Estado-Maior	1007
3. Prisão Extrapenal	975	CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	1008
3.1. Prisão civil	975	1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito	1008
3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel	975	2. Do respeito à integridade física e moral do preso	1009
3.1.2. Prisão do falido	976	2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia (“Perp Walk”)	1010
3.2. Prisão administrativa	977	2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas	1010
3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extração, expulsão e deportação	978	2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato	1012
3.3. Prisão militar	980	2.3. Caso Damião Ximenes Lopes	1012
3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar	980	3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público	1012
3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar	982	4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada	1014
4. Prisão penal (<i>carcer ad poenam</i>)	983	5. Do direito ao silêncio (<i>nemo tenetur se detegere</i>)	1014
5. Prisão Cautelar (<i>carcer ad custodiam</i>)	984	6. Da assistência de advogado ao preso	1015
6. Momento da prisão	985	7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial	1016
6.1. Inviolabilidade do domicílio	986	8. Do relaxamento da prisão ilegal	1017
6.2. Conceito de dia	986	9. Audiência de custódia (ou de apresentação)	1019
6.3. Cláusula de reserva de jurisdição	986	9.1. Conceito, natureza jurídica e finalidades	1019
6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral	986	9.2. Previsão normativa	1020
7. Imunidades prisionais	986	9.3. Presidência da audiência de custódia	1021
7.1. Presidente da República e Governadores de Estado	987	9.4. Prazo	1022
7.2. Imunidade diplomática	987	9.5. Procedimento adequado	1024
7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais	989	9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência	1025
7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais	989	9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz	1028
7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva (ou temporária) de parlamentares federais, estaduais ou distritais	991	9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento	1031
7.4. Magistrados e membros do Ministério Público	992	9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes	1031
7.5. Advogados	993	9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19)	1031
7.6. Menores de 18 anos	994		
8. Prisão e emprego de força	994		
8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais)	995		
9. Mandado de prisão	995		
9.1. Cumprimento do mandado de prisão	997		
9.2. Difusão vermelha (<i>red notice</i>)	1002		
9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior	1002		

9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	1032
9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19)	1034
CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE	
1. Conceito de prisão em flagrante	1034
2. Funções da prisão em flagrante	1035
3. Fases da prisão em flagrante.....	1035
4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito ..	1036
5. Sujeito ativo da prisão em flagrante	1038
5.1. Flagrante facultativo.....	1038
5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo	1038
6. Sujeito passivo do flagrante	1039
7. Espécies de flagrante.....	1039
7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro.....	1040
7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante.....	1040
7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado.....	1041
7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador	1042
7.5. Flagrante esperado	1042
7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo).....	1043
7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	1045
7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido	1045
8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes	1045
8.1. Prisão em flagrante em crime permanente ...	1045
8.2. Prisão em flagrante em crime habitual	1046
8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada	1046
8.4. Prisão em flagrante em crimes formais.....	1047
8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado)	1047
9. Flagrante e apresentação espontânea do agente ..	1047
10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	1048
10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	1049
10.2. Condutor e testemunhas.....	1050
10.3. Interrogatório do preso	1050
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	1051
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	1052
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo)	1052
10.7. Recolhimento à prisão.....	1053
10.8. Remessa do auto à autoridade competente ..	1053
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária	1053
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome de seu advogado	1053
10.11. Nota de culpa.....	1054
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	1054
11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal..	1055
11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária)	1055
11.2.1. Circunstâncias que recomendam a conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	1058
11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão	1061
12. Coleta de material biológico para obtenção e armazenamento do perfil genético do custodiado (CPP, arts. 300-A e 310-A).....	1062
CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	
1. Conceito de prisão preventiva.....	1063
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	1063
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	1064
3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar	1066
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva	1066
4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal	1066
4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva	1066
5. Pressupostos.....	1066
5.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	1067
5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i>	1067
5.2.1. Garantia da ordem pública.....	1069

5.2.1.1. Critérios de periculosidade do agente capazes de gerar risco à ordem pública.....	1070	8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ.....	1091
5.2.1.2. Prática de atos infracionais durante a adolescência como fundamento para a decretação da prisão preventiva.....	1073	8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento.....	1092
5.2.1.3. Condições pessoais favoráveis e (im) possibilidade de decretação da prisão preventiva.....	1073	8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	1092
5.2.1.4. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva com base na gravidade em abstrato do delito e no clamor social provocado pela infração penal.....	1074	8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	1093
5.2.2. Garantia da ordem econômica.....	1075	8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	1093
5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal.....	1076	8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	1093
5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal.....	1077	8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	1093
5.2.4. Conveniência da instrução criminal.....	1078	9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	1094
5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	1079	9.1. Rol exemplificativo de decisões não fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1096
6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	1079	9.2. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1099
6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos.....	1079	9.3. Pseudoprincípio da confiança no juiz da causa (ou do processo).....	1099
6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	1080	10. Revogação da prisão preventiva.....	1100
6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.....	1081	11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1100
6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento.....	1083	11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	1101
7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	1084	11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal.....	1102
8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa.....	1085	12. Apresentação espontânea do acusado.....	1104
8.1. Noções introdutórias.....	1085	13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar.....	1104
8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso.....	1086	CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA... ..	1105
8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade.....	1088	1. Origem.....	1105
8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	1089	2. Conceito de prisão temporária.....	1106
8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa.....	1090	3. Requisitos.....	1107
		3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	1109
		3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	1110
		3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	1111
		4. procedimento.....	1116
		5. Prazo.....	1117

6. Direitos e garantias do preso temporário.....	1118
CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. 1119	
1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorível....	1119
CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.. 1123	
1. Da prisão domiciliar.....	1123
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	1125
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar.....	1131
1.3. Saídas controladas.....	1132
1.4. Utilização da prisão domiciliar como me- dida cautelar diversa da prisão preventiva.....	1132
1.5. Detração	1133
CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO 1133	
1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	1133
2. Comparecimento periódico em juízo	1134
3. Proibição de acesso ou frequência a determi- nados lugares.....	1135
4. Proibição de manter contato com pessoa deter- minada	1136
5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País.....	1137
6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	1138
7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1139
8. Internação provisória.....	1143
9. Fiança.....	1146
10. Monitoração eletrônica	1146
11. Condução coercitiva.....	1149
12. Medidas cautelares de natureza pessoal diver- sas da prisão previstas na legislação especial	1152
13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1154
CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA..... 1157	
1. Conceito	1157
2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberda- de provisória e revogação da prisão cautelar.....	1159
2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória	1160
3. Espécies de liberdade provisória.....	1160
4. Liberdade provisória sem fiança.....	1160
4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto	1160
4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipó- teses de discriminantes.....	1161
4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único)	1162
4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	1164
5. Liberdade provisória com fiança	1165
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança.....	1165
5.2. Momento para a concessão da fiança.....	1166
5.3. Concessão de fiança pela autoridade policial.....	1166
5.4. Valor da fiança	1167
5.5. Infrações inafiançáveis.....	1167
5.6. Obrigações processuais.....	1169
5.7. Incidentes relativos à fiança	1169
5.7.1. Quebramento da fiança	1169
5.7.2. Fiança definitiva.....	1170
5.7.3. Perda da fiança.....	1170
5.7.4. Cassação da fiança.....	1170
5.7.5. Reforço da fiança	1171
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fian- ça)	1171
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1172
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança	1172
5.7.9. Destinação da fiança	1172
5.7.10. Execução da fiança	1173
6. Liberdade provisória obrigatória	1173
7. Liberdade provisória proibida.....	1173
7.1. Liberdade provisória proibida para agentes reincidentes, integrantes de organizações crimi- nosas armadas ou milícias, ou que portem arma de fogo de uso restrito	1180
8. Liberdade provisória com vinculação	1182
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1183
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1183
11. Liberdade provisória e recursos.....	1184
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1184
13. Menagem.....	1187

TÍTULO 8 • MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	1189
I. Nota ao leitor.....	1189
1. Noções introdutórias	1190
2. Natureza jurídica das medidas protetivas de urgência.	1191
2.1. Tutela cautelar.....	1191
2.2. Tutela inibitória (nossa posição).....	1192
3. Procedimento adequado.	1195
4. Medidas protetivas de urgência em espécie previstas no Código de Processo Penal	1200
4.1. Suspensão da posse ou restrição do porte de armas.....	1201
4.2. Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.	1201
4.3. Proibição de aproximação da vítima, de seus familiares e das testemunhas.....	1202
4.4. Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas.....	1202
4.5. Proibição de frequentar determinados lugares.....	1203
4.6. Restrição ou suspensão de visitas	1203
4.7. Prestação de alimentos provisionais ou provisórios	1204
4.8. Comparecimento do autor a programas de recuperação e reeducação.....	1206
4.9. Acompanhamento psicossocial do agressor.....	1206
4.10. Monitoração eletrônica simultânea.	1206
4.11. Proibição do autor de exercer atividades que envolvam contato direto com pessoa em situação de vulnerabilidade.....	1207
5. Tutela específica	1208
TÍTULO 9 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1209
1. Noções gerais	1209
2. Questões prejudiciais.....	1209
2.1 Conceito e natureza jurídica.....	1210
2.2. Características.....	1210
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares.....	1211
2.4. Classificação das questões prejudiciais	1212
2.4.1. Quanto à natureza	1212
2.4.2. Quanto à competência	1213
2.4.3. Quanto aos efeitos	1214
2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada	1214
2.5. Sistemas de Solução	1214

2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolutas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1215
2.6.1. Pressupostos	1215
2.6.2. Consequências.....	1216
2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1218
2.7.1. Pressupostos	1218
2.7.2. Consequências.....	1219
2.8. Recursos cabíveis.....	1219
2.9. Decisão cível acerca da questão prejudicial heterogênea e sua influência no âmbito criminal.....	1220
2.10. Princípio da suficiência da ação penal.....	1220
3. Exceções	1220
3.1. Conceito.....	1220
3.2. Exceções ou objeções.....	1221
3.3. Classificação das exceções.....	1221
3.3.1. Quanto à natureza	1221
3.3.2. Quanto aos efeitos	1222
3.3.3. Quanto à forma de processamento	1222
3.4. Natureza Jurídica.....	1222
3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade.....	1223
3.5.1. Procedimento da exceção de suspeição (impedimento e incompatibilidade).....	1223
3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da suspeição	1223
3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição.....	1223
3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspeição pelo juiz excepto.....	1225
3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspeição pelo Tribunal competente.....	1226
3.5.1.5. Recursos cabíveis	1226
3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª instância e nos Tribunais Superiores.....	1226
3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1227
3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes.....	1228
3.5.5. Suspeição dos jurados	1228
3.5.6. Suspeição da autoridade policial	1228
3.6. Exceção de incompetência	1229
3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1229
3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo	1229
3.6.3. Recursos cabíveis	1230
3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1231

3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	1231	7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indiciadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública (Decreto-Lei n. 3.240/41)	1266
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte	1231	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal	1267
3.7.3. Recursos cabíveis	1231	7.3.1. Momento.....	1269
3.8. Exceção de litispendência	1231	7.3.2. Pressupostos	1269
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência.....	1232	7.3.3. Legitimidade.....	1270
3.8.2. Recursos cabíveis	1233	7.3.4. Procedimento	1271
3.9. Exceção de coisa julgada	1233	7.3.5. Defesa	1272
3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1233	7.3.6. Finalização	1273
3.9.2. Coisa julgada formal e material.....	1233	7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1273
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	1234	7.5. Arresto subsidiário de bens móveis.....	1275
3.9.4. Limites da coisa julgada.....	1234	7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais	1277
3.9.4.1. Limites objetivos	1234	7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública	1278
3.9.4.2. Limites subjetivos	1236	7.6.1. Conceito e finalidades.....	1278
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado	1236	7.6.2. Momento adequado	1279
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada	1236	7.6.3. Requisitos.....	1279
4. Conflito de competência	1237	7.6.4. Objeto da medida	1280
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	1242	7.6.5. Beneficiários da medida	1280
6. Restituição de coisas apreendidas.....	1245	7.7. Alienação antecipada	1281
6.1. Apreensão.....	1245	7.7.1. Momento.....	1281
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1247	7.7.2. Pressupostos	1281
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas	1249	7.7.3. Legitimidade.....	1282
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1249	7.7.4. Procedimento	1282
6.3.1. Recursos cabíveis	1251	7.8. Ação civil de confisco	1283
7. Medidas assecuratórias.....	1252	8. Incidente de falsidade.....	1285
7.1. Noções introdutórias	1252	8.1. Noções gerais	1285
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1253	8.2. Procedimento do incidente de falsidade.....	1286
7.1.2. Pressupostos	1253	8.3. Recurso adequado	1288
7.1.3. Contraditório prévio	1254	8.4. Suspensão do processo principal	1289
7.1.4. Bloqueio do patrimônio universal do investigado e (im) possibilidade de liberação dos honorários advocatícios	1255	8.5. Coisa julgada.....	1289
7.2. Sequestro	1255	9. Incidente de insanidade mental	1290
7.2.1. Procedimento	1258	9.1. Instauração do incidente	1290
7.2.2. Defesa	1259	9.2. Procedimento.....	1292
7.2.3. Levantamento do sequestro	1263	9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental	1294
7.2.4. Destinação final do sequestro	1264	9.3.1. Durante o processo judicial.....	1294
7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos	1265	9.3.2. Durante o curso do inquérito policial	1298
		9.3.3. Durante a execução penal	1299
		TÍTULO 10 • SUJEITOS DO PROCESSO.....	1301
		1. Noções gerais	1301
		2. Juiz.....	1301
		2.1. Capacidade para ser juiz	1302
		2.2. Escolha dos juízes.....	1302

2.3. Funções do juiz no processo penal.....	1303
2.3.1. Funções de ordem jurisdicional	1304
2.3.2. Funções de ordem administrativa	1305
2.4. Garantias e vedações dos juízes.....	1305
2.5. Imparcialidade do juiz.....	1307
2.5.1. Impedimento	1307
2.5.2. Suspeição.....	1311
2.5.3. Incompatibilidade.....	1314
3. Partes.....	1315
4. Ministério Público	1316
4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público	1317
4.2. Organização do Ministério Público.....	1319
4.3. Princípios institucionais do Ministério Público	1324
4.3.1. Princípio do Promotor Natural	1326
4.4. Garantias e vedações.....	1329
4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público	1331
4.6. Promotor <i>ad hoc</i>	1332
5. Ofendido.....	1332
5.1. Ofendido como querelante	1333
5.2. Ofendido como assistente da acusação	1333
5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação.....	1335
5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação	1336
5.2.3. Atribuições do assistente	1339
6. Acusado	1340
6.1. Capacidade do acusado	1341
6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1341
6.1.2. Acusado inimputável.....	1341
6.1.3. Pessoa jurídica.....	1341
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados	1342
6.1.5. Acusado certo e individualizado	1342
6.1.6. Imunidade diplomática.....	1343
6.2. Autodefesa e presença do acusado.....	1343
6.3. Contumácia do acusado	1344
6.4. Direitos do acusado	1344
7. Defensor	1345
7.1. Espécies de defensor	1345
7.1.1. Defensoria Pública.....	1347
7.2. Defesa técnica plena e efetiva	1353
7.3. Abandono do processo pelo defensor	1354
7.4. Impedimento do defensor.....	1355
8. Assistente da defesa	1356

TÍTULO 11 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	1357
1. Noções gerais	1357
2. Citação	1357
2.1. Efeitos da citação válida	1358
2.2. Espécies de citação	1359
3. Citação pessoal	1360
3.1. Citação por mandado	1360
3.2. Citação por carta precatória	1361
3.3. Citação do militar.....	1362
3.4. Citação de funcionário público	1363
3.5. Citação de acusado preso	1363
3.6. Citação de acusado no estrangeiro	1364
3.7. Citação em legações estrangeiras.....	1365
3.8. Citação mediante carta de ordem	1365
4. Citação por edital.....	1365
4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital	1366
4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP)	1368
4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar.....	1369
4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição	1369
4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes	1371
4.2.4. Prisão preventiva	1372
4.2.5. Comparecimento do acusado	1372
4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais	1373
5. Citação por hora certa.....	1373
6. Intimação, notificação e contagem de prazos	1375
6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo	1376
6.2. Intimação e notificação do Ministério Público	1377
6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos.....	1379
6.4. Prazo em dobro	1379
6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente	1380
6.6. Intimação e notificação do ofendido.....	1381
6.7. Intimação e notificação por hora certa	1382
6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos.....	1382
6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação	1383
6.10. Suspensão dos prazos processuais de fim de ano	1384

TÍTULO 12 • PROCESSO E PROCEDIMENTO	1387
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1387
1. Noções gerais	1387
1.1. Procedimento e devido processo penal	1388
1.2. Violação às regras procedimentais	1388
2. Classificação do procedimento	1389
2.1. Classificação do procedimento comum	1389
2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes	1391
2.2. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos	1391
3. Prioridade NA tramitação de processos que apurem a prática de crime hediondo ou com violência contra a mulher	1392
3.1. Isenção de custas, taxas ou despesas processuais em favor da vítima nos processos que apurem violência contra a mulher	1393
4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão	1394
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	1395
1. Oferecimento da peça acusatória	1395
2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória	1395
2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória	1396
3. Rejeição da peça acusatória	1397
3.1. Causas de rejeição	1397
3.1.1. Inépcia da peça acusatória	1397
3.1.2. Falta de pressuposto processual	1398
3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal	1399
3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal	1399
3.2. Rejeição parcial da peça acusatória	1400
3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória	1400
4. Recebimento da peça acusatória	1401
4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória	1402
4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória	1403
4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória	1403
5. Citação do acusado	1405
6. Reação defensiva à peça acusatória	1406
6.1. Extinta defesa prévia	1406
6.2. Defesa preliminar	1406
6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar	1407
6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar	1408
6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação	1410
6.3. Resposta à acusação	1411
6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação	1414
7. Revelia	1415
8. Possível oitiva da acusação	1417
9. Absolvição sumária	1417
9.1. Julgamento antecipado da <i>lide</i> no processo penal	1418
9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum	1418
9.3. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP	1419
9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária	1419
9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri	1420
9.6. Coisa julgada	1420
9.7. Recurso adequado	1420
10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	1421
11. Designação da audiência	1422
12. Audiência una de instrução e julgamento	1423
12.1. Da instrução probatória em audiência	1423
12.1.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer)	1423
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias	1428
12.3. Diligências	1430
12.4. <i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento	1431
12.5. Alegações orais	1431
12.5.1. Conteúdo das alegações orais	1432
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais)	1433
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais	1434
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes	1434
12.6. Sentença	1436
12.7. Registro da audiência	1436

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM

SUMÁRIO..... 1437

1. Noções gerais1437
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário1437

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO

ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI..... 1438

1. Princípios constitucionais do júri1438
 - 1.1. Plenitude de defesa.....1438
 - 1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779)1440
 - 1.2. Sigilo das votações.....1441
 - 1.2.1. Sala especial1442
 - 1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados1442
 - 1.2.3. Votação unânime1443
 - 1.3. Soberania dos veredictos.....1443
 - 1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri1444
 - 1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri.....1445
 - 1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....1445
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri1447
3. *Iudicium accusationis* (ou sumário da culpa)1447
 - 3.1. Alegações orais1450
4. Impronúncia1451
 - 4.1. Natureza jurídica e coisa julgada1451
 - 4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória.....1452
 - 4.3. Infração conexa1452
 - 4.4. Despronúncia.....1452
 - 4.5. Recurso cabível1452
5. Desclassificação do delito1453
 - 5.1. Nova capitulação legal1455
 - 5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente1455
 - 5.3. Infração conexa1456
 - 5.4. Situação do acusado preso1456
 - 5.5. Recurso cabível1456
 - 5.6. Conflito de competência1457
6. Absolvição sumária.....1459
 - 6.1. Inimputável do art. 26, *caput*, do CP.....1459
 - 6.2. Juízo de certeza1460
 - 6.3. Infração conexa1460
 - 6.4. Natureza jurídica e coisa julgada1461
 - 6.5. Recurso cabível1461
 - 6.5.1. Recurso de ofício1462
7. Pronúncia1462

- 7.1. Pressupostos.....1462
- 7.2. Natureza jurídica1464
- 7.3. Regra probatória: *in dubio pro societate* ou *in dubio pro reo*1464
- 7.4. Fundamentação e eloquência acusatória1466
- 7.5. Emendatio e *mutatio libelli*1468
- 7.6. Conteúdo da pronúncia.....1468
- 7.7. Infrações conexas1470
- 7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes.....1470
- 7.9. Efeitos da pronúncia1470
 - 7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão1471
- 7.10. Intimação da pronúncia1472
- 7.11. Recurso cabível.....1473
8. Desaforamento1473
 - 8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento.....1474
 - 8.2. Momento para o desaforamento1474
 - 8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento....1475
 - 8.4. Aceleração de julgamento1476
 - 8.5. Crimes conexos e coautores.....1476
 - 8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado1476
 - 8.7. Efeito suspensivo1476
 - 8.8. Recursos.....1477
 - 8.9. Reaforamento.....1477
 - 8.10. Competência para a execução provisória1477
9. Preparação do processo para julgamento pelo Tribunal do Júri1477
 - 9.1. Ordenamento do processo.....1478
 - 9.2. Ordem do julgamento1479
 - 9.3. Habilitação do assistente do Ministério Público1479
10. Organização do Júri.....1479
 - 10.1. Requisitos para ser jurado.....1479
 - 10.2. Recusa injustificada1482
 - 10.3. Direitos dos jurados.....1482
 - 10.4. Escusa de consciência.....1483
11. Sessão de julgamento.....1483
 - 11.1. Reunião periódica1483
 - 11.2. Ausências.....1484
 - 11.2.1. Ausência do órgão do Ministério Público.....1484
 - 11.2.2. Ausência do advogado de defesa ou abandono de plenário.....1484
 - 11.2.3. Ausência do acusado solto1485
 - 11.2.4. Ausência do acusado preso1486

11.2.5. Ausência do advogado do assistente de acusação.....	1486
11.2.6. Ausência do advogado do querelante.....	1486
11.2.7. Ausência de testemunhas	1487
11.2.8. Ausência do juiz presidente	1488
11.3. Verificação da presença de, pelo menos, 15 jurados	1488
11.3.1. Empréstimo de jurados.....	1489
11.4.1. Dos jurados	1489
11.4.2. Do juiz-presidente	1491
11.4.3. Do órgão do Ministério Público.....	1491
11.5. Composição do Conselho de Sentença.....	1491
11.5.1. Recusas motivadas, imotivadas (ou peremptórias) e estouro de urna.....	1491
11.5.2. Tomada do compromisso dos jurados....	1493
11.6. Instrução em plenário	1493
11.6.1. Leitura de peças	1494
11.6.2. Interrogatório do acusado.....	1495
11.6.2.1. Uso de algemas	1496
11.7. Debates	1498
11.7.1. Réplica e tréplica.....	1499
11.7.1.1. Inovação na tréplica	1500
11.7.2. Exibição e leitura de documentos em plenário.....	1501
11.7.3. Argumento de autoridade	1502
11.7.4. Direito ao aparte.....	1503
11.7.5. Sociedade indefesa.....	1503
11.7.6. Acusado indefeso.....	1504
11.8. Esclarecimentos aos jurados e possível dissolução do Conselho de Sentença	1506
12. Quesitação.....	1507
12.1. Leitura dos quesitos	1508
12.2. Votação	1509
12.3. Ordem dos quesitos	1510
12.4. Questões diversas	1514
12.4.1. Absolvição imprópria.....	1514
12.4.2. Falso testemunho em plenário.....	1515
12.4.3. Agravantes e atenuantes.....	1516
12.4.4. Concurso de crimes e homicídio praticado por milícia privada ou por grupo de extermínio	1517
13. Desclassificação	1517
13.1. Desclassificação e infração de menor potencial ofensivo	1519
13.2. Desclassificação e crimes conexos.....	1520
14. Sentença.....	1521
14.1. Sentença absolutória	1521
14.2. Sentença condenatória.....	1521
14.2.1. Execução provisória no caso de condenação pelo Júri, independentemente do total da pena aplicada.....	1521
14.2.1.1. (In) constitucionalidade da execução provisória da pena no âmbito do Júri, independentemente do total da pena aplicada.....	1522
14.2.1.2. Possibilidade excepcional de se atribuir efeito suspensivo à apelação interposta contra decisão condenatória do Júri.....	1525
14.3. Ata	1526
14.4. Atribuições do juiz presidente.....	1527
CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO	1527
1. Constituição Federal e Juizados Especiais Criminais.....	1527
2. Competência dos Juizados Especiais Criminais..	1530
2.1. Conceito de infração de menor potencial ofensivo	1530
2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo.....	1532
2.2. Excesso de acusação.....	1532
2.3. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1533
2.4. Crimes eleitorais.....	1533
2.5. Vedações à aplicação da Lei n. 9.099/95	1533
2.6. Estatuto da Pessoa Idosa.	1536
2.7. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1538
2.8. Causas de modificação da competência dos Juizados	1539
2.9. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa.....	1540
2.10. Competência territorial.....	1541
2.10.1. Juizados Especiais Itinerantes	1541
3. Termo Circunstanciado.....	1542
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	1544
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica	1544
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1545
5.1. Composição dos danos civis.....	1545
5.2. Oferecimento de representação.....	1546
5.3. Transação penal.....	1547
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal	1548
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1550

5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal.....	1551	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1577
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1552	TÍTULO 13 • SENTENÇA PENAL.....	1579
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1553	1. Atos processuais do juiz.....	1579
5.3.6. Recurso.....	1555	2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1579
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo.....	1555	2.1. Despachos de mero expediente.....	1579
6.1. Oferecimento da peça acusatória.....	1556	2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1580
6.2. Defesa Preliminar.....	1557	2.3. Decisões definitivas.....	1581
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória.....	1558	2.4. Sentença.....	1581
6.4. Citação do acusado.....	1558	2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas.....	1581
6.5. Resposta à acusação.....	1559	2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais.....	1582
6.6. Possibilidade de absolvição sumária.....	1559	2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1582
6.7. Audiência de instrução e julgamento.....	1560	2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas.....	1582
7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais.....	1561	2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas.....	1582
7.1. Apelação nos Juizados.....	1562	3. Estrutura e requisitos da sentença.....	1583
7.2. Embargos de declaração nos Juizados.....	1562	3.1. Relatório.....	1583
7.3. Recurso Extraordinário.....	1563	3.2. Fundamentação.....	1584
7.4. Recurso Especial.....	1563	3.2.1. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>).....	1586
7.5. Habeas corpus.....	1563	3.3. Dispositivo.....	1587
7.6. Mandado de segurança.....	1564	3.4. Autenticação.....	1588
7.7. Revisão criminal.....	1564	4. Sentença absolutória.....	1588
8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1564	4.1. Espécies de sentença absolutória.....	1588
9. Suspensão condicional do processo.....	1565	4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1589
9.1. Conceito e natureza jurídica.....	1565	4.3. Fundamentos.....	1589
9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo.....	1566	4.4. Efeitos decorrentes da sentença absolutória.....	1590
9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1568	4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade.....	1590
9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo.....	1568	4.4.2. Efeitos secundários.....	1590
9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1569	5. Sentença condenatória.....	1591
9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1569	5.1. Fixação da pena.....	1591
9.6. Aceitação da proposta.....	1571	5.1.1. Fixação da pena-base.....	1594
9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1572	5.1.2. Fixação da pena provisória.....	1599
9.8. Condições da suspensão condicional do processo.....	1573	5.1.3. Fixação da pena definitiva.....	1602
9.9. Revogação da suspensão condicional do processo.....	1574	5.1.4. Fixação do regime penitenciário.....	1604
9.9.1. Revogação obrigatória.....	1574	5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	1606
9.9.2. Revogação facultativa.....	1575	5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.....	1608
9.10. Extinção da punibilidade.....	1575	5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1610
9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1576		

5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória	1612
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória	1613
5.3.1. Efeitos penais.....	1613
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1614
5.3.2.1. Efeitos extrapenais genéricos ou obrigatórios	1614
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1616
5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação.....	1624
6. Publicação da sentença.....	1626
6.1. Esgotamento da instância	1627
6.2. Intimação da sentença	1628
7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência)	1630
7.1. <i>Emendatio libelli</i>	1631
7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i>	1632
7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes.....	1635
7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal	1636
7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância	1636
7.2. <i>Mutatio libelli</i>	1637
7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória	1638
7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1639
7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominado à imputação diversa	1640
7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, caput) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1641
7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1642
7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória.....	1643
7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal.....	1644
7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária.....	1645
7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância.....	1646
7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1647
7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	1647
7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal	1647
7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1649
7.4.3. Mudança de competência.....	1650
7.4.4. Mudança da espécie de ação penal	1650
7.5. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> no processo penal militar	1651
TÍTULO 14 • NULIDADES.....	1653
1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade..	1653
2. Espécies de irregularidades.....	1654
3. Espécies de atos processuais	1655
4. Nulidade	1656
4.1. Espécies de nulidades	1656
4.1.1. Nulidade absoluta	1657
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1658
4.1.1.2. Nulidade relativa.....	1659
4.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas.....	1659
4.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas	1660
4.1.3. Anulabilidades.....	1663
4.2. Reconhecimento das nulidades.....	1664
4.2.1. Na primeira instância.....	1664
4.2.2. Na segunda instância	1664
5. Princípios referentes às nulidades.....	1665
5.1. Princípio da tipicidade das formas	1665
5.2. Princípio do prejuízo	1665
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas ..	1666
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais	1667
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia	1668
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo) ..	1668
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade).....	1669
5.8. Princípio do interesse	1670
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé)	1671
5.10. Princípio da convalidação.....	1671
6. Nulidades em espécie	1673
6.1. Incompetência	1673
6.2. Suspeição	1673
6.3. Suborno do juiz	1673
6.4. Ilegitimidade de parte.....	1674
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça	1674
6.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	1675
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos	1675
6.8. Não intervenção do Ministério Público.....	1676

6.9. Ausência de citação (circundação), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa.....	1677
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri	1678
6.11. Falta da sentença	1679
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido	1681
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso.....	1681
6.14. Falta do quórum legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais.....	1681
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	1681
6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação.....	1682
7. Nulidades no inquérito policial	1682
TÍTULO 15 • RECURSOS	1685
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	1685
1. Conceito e características.....	1685
2. Natureza jurídica dos recursos.....	1685
2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé....	1686
3. Princípios	1686
3.1. Duplo grau de jurisdição.....	1686
3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer	1688
3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função	1691
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos	1694
3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões	1694
3.4. Princípio da fungibilidade	1695
3.5. Princípio da convalidação	1697
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos	1697
3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária)	1698
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos	1699
3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodrômico da sentença).....	1700
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1703
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta	1705
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos	1706
3.9. Princípio da <i>reformatio in melius</i>	1707
3.10. Princípio da dialeticidade	1708
3.10.1. Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público	1710
3.11. Princípio da complementariedade.....	1710
3.12. Princípio da variabilidade.....	1711
3.13. Princípio da colegialidade.....	1711
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1712
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	1714
5.1. Cabimento	1714
5.2. Adequação.....	1715
5.3. Tempestividade.....	1715
5.3.1. Prazos recursais diversos	1716
5.3.2. Interposição de recursos via fax	1717
5.4. Inexistência de fato impeditivo	1718
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer	1718
5.4.2. Preclusão	1718
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer	1719
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1719
5.5.1. Desistência.....	1719
5.5.2. Deserção.....	1720
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo.....	1721
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado.....	1721
5.6. Regularidade formal	1722
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	1723
6.1. Legitimidade recursal	1723
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação.....	1724
6.2. Interesse recursal.....	1727
6.2.1. Classificação da sucumbência.....	1728
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa	1728
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito.....	1728
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1729
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público	1729
7. Efeitos dos recursos	1730
7.1. Efeito obstativo	1730
7.2. Efeito devolutivo.....	1730
7.3. Efeito suspensivo	1733
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público	1733
7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido	1734

7.5. Efeito extensivo.....	1734	1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta	1751
7.6. Efeito substitutivo.....	1735	1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor	1751
7.7. Efeito translativo.....	1736	1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas	1752
7.8. Efeito dilatário-procedimental.....	1736	1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade	1752
8. Direito intertemporal e recursos.....	1736	1.3.17. Incidentes da execução da pena	1752
9. Classificação dos recursos.....	1738	1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples.....	1753
9.1. Quanto à obrigatoriedade	1738	1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A)	1753
9.2. Quanto à fundamentação.....	1738	1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito.....	1753
9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada....	1739	1.4.1. Forma	1753
9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade	1739	1.4.2. Prazo	1754
9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso	1740	1.4.3. Processamento.....	1755
10. Empate de votos no julgamento de recursos e prevalência da decisão mais favorável ao impu-	1740	1.4.4. Competência para o julgamento	1755
tado.....	1740	1.5. Efeitos.....	1755
CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE.....	1741	2. Apelação	1757
1. Recurso em sentido estrito	1741	2.1. Noções gerais	1757
1.1. Interpretação extensiva.....	1742	2.2. Espécies.....	1757
1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito.....	1742	2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita).....	1757
1.3. Hipóteses de cabimento	1743	2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva)	1758
1.3.1. Não recebimento da peça acusatória	1743	2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária....	1758
1.3.2. Incompetência do juízo	1743	2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental).....	1758
1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição	1744	2.3. Hipóteses de cabimento	1759
1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1744	2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.....	1759
1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	1745	2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito	1760
1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor	1747	2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri	1760
1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade.....	1748	2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico ...	1769
1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	1748	2.4. Aspectos procedimentais da apelação.....	1772
1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1749	2.4.1. Forma	1772
1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1750	2.4.2. Prazo	1772
1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1750	2.4.3. Processamento.....	1773
1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir	1751	2.4.4. Competência para o julgamento	1773

2.5. Efeitos.....	1774	3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação.....	1795
3. Protesto por novo júri	1775	3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1800
3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08.....	1775	3.3. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares.....	1801
3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri.....	1775	3.4. Estado de Sítio	1802
4. Embargos infringentes e de nulidade.....	1778	3.5. Prisão administrativa.....	1802
4.1. Hipóteses de cabimento	1779	4. Legitimação ativa	1802
4.2. Prazo e interposição.....	1780	4.1. Distinção entre impetrante e paciente	1802
4.3. Competência para seu julgamento	1780	4.2. Legitimação ampla e irrestrita.....	1803
4.4. Efeitos.....	1781	4.3. Pessoa jurídica	1803
4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários.....	1782	4.4. Ministério Público.....	1804
5. Embargos de Declaração.....	1783	4.5. Outras autoridades.....	1805
5.1. Hipóteses de cabimento	1783	5. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1805
5.2. Prazo	1783	6. Legitimação passiva	1807
5.3. Procedimento.....	1783	6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor....	1807
5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais..	1784	6.2. Ministério Público como autoridade coatora	1807
6. Agravo em execução.....	1785	6.3. Particular como coator.....	1807
6.1. Hipóteses de cabimento	1785	6.4. Outras autoridades.....	1808
6.2. Procedimento.....	1785	7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo, profilático e truncativo.....	1808
6.3. Prazo	1786	8. Constrangimento ilegal à liberdade de locomoção.....	1809
6.4. Efeitos.....	1786	8.1. Ausência de justa causa	1809
7. Carta testemunhável.....	1786	8.1.1. Falta de justa causa para a prisão	1810
7.1. Hipóteses de cabimento	1786	8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares	1810
7.2. Prazo	1787	8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal	1811
7.3. Procedimento.....	1787	8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei..	1813
7.4. Efeitos.....	1787	8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1813
8. Correição parcial.....	1788	8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária....	1813
8.1. Hipóteses de cabimento	1788	8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva	1813
8.2. Natureza jurídica.....	1789	8.4. Cessação do motivo que autorizou a coação..	1814
8.3. Legitimidade	1789	8.5. Não admissão de prestação de fiança.....	1815
8.4. Prazo	1789	8.6. Processo manifestamente nulo.....	1816
TÍTULO 16 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	1791	8.7. Extinção da punibilidade	1817
CAPÍTULO I – <i>HABEAS CORPUS</i>	1791	9. Competência.....	1818
1. Noções Gerais.....	1791	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal ..	1819
2. Natureza jurídica.....	1791	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça	1820
3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i>	1792	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais	1821
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder.....	1792	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça	1821
3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	1794	9.5. Competência da Justiça Militar.....	1821
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i>	1794	9.6. Competência das Turmas Recursais.....	1823
		9.7. Competência da Justiça do Trabalho.....	1823

9.8. Competência do juiz de 1ª instância	1824
9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do habeas corpus	1824
10. Procedimento	1825
10.1. Capacidade postulatória	1825
10.2. Petição inicial	1825
10.3. Concessão de habeas corpus individual ou coletivo de ofício pela autoridade judiciária competente.	1826
10.4. Dilação probatória	1827
10.5. Medida liminar	1828
10.5.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i>	1828
10.6. Apresentação do preso e requisição de informações	1829
10.7. Efeito extensivo da ordem de habeas corpus	1829
10.8. Intervenção das partes	1830
10.9. Empate na votação perante órgãos colegiados e prevalência da decisão mais favorável ao paciente	1831
10.10. Recursos contra as decisões em habeas corpus	1831
10.11. Coisa julgada	1833
CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL	1834
1. Noções gerais	1834
2. Conceito	1834
3. Natureza jurídica	1835
4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória	1835
5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório	1835
6. Condições da ação	1836
6.1. Legitimidade ativa e passiva	1836
6.2. Interesse de agir: coisa julgada	1837
6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento)	1838
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado	1838
6.3.1. Vedação da revisão criminal <i>pro societate</i> no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual	1839
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria	1840
6.3.3. Extinção da punibilidade	1840
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos	1840
6.3.5. Juizados Especiais Criminais	1841
6.3.6. Transação penal	1841
6.3.7. Impeachment	1842
7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1842
7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal	1842
7.2. Contrariedade à evidência dos autos	1844
7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	1844
7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado	1845
7.5. Nulidade do processo	1847
8. Aspectos procedimentais da revisão criminal	1848
8.1. Capacidade postulatória	1848
8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão	1848
8.3. Inexistência de prazo decadencial	1848
8.4. Competência	1849
8.5. Procedimento	1850
8.6. Efeito suspensivo	1851
8.7. Ônus da prova	1852
8.8. Non reformatio in pejus direta e indireta	1852
8.9. Recursos	1853
8.10. Indenização pelo erro judiciário	1853
8.11. Coisa julgada	1854
CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA	1855
1. Noções gerais	1855
2. Conceito e natureza jurídica	1855
3. Objeto da tutela	1855
4. Prazo decadencial	1856
5. Legitimação ativa e passiva	1856
6. Cabimento	1857
6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal	1858
7. Aspectos procedimentais	1859
7.1. Petição inicial	1859
7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança	1859
7.3. Competência	1861
7.4. Medida liminar	1862
7.5. Recursos	1862
BIBLIOGRAFIA	1865